



(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – E abro imediatamente a 38ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, com o nosso convidado Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo.

Peço desculpas ao Prof. Belluzzo pelo atraso, mas essa foi uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos que discutiu temas muito importantes.

Então convido imediatamente o Prof. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Professor de Economia na Universidade Estadual de Campinas, Doutor na Universidade Estadual de Campinas. *(Pausa.)*

Olha, já estamos aqui com a presença do Prof. Luiz Gonzaga Belluzzo. Eu aviso à secretaria que o professor quer utilizar o PowerPoint e chamo o professor para tomar assento. E esse é um esforço desta Comissão de Assuntos Econômicos de entrar no debate sobre os rumos da política econômica brasileira, sobre a crise econômica internacional. Então vamos passar...

Peço aos senhores alguns segundos. O professor está organizando o PowerPoint, porque vai fazer uma apresentação. *(Pausa.)*

Pronto. Senador Eduardo Suplicy, que foi o autor desse requerimento, com nosso Prof. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo.

Estamos prontos? Tudo certo no PowerPoint? Pronto.

Professor, muito obrigado. Quero me desculpar pelo atraso, mas houve uma votação importante no dia de hoje.

O convidado já se encontra aqui no plenário da Comissão. De acordo com o art. 94, §2º, III, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará a sua exposição e depois abriremos para os Srs. Senadores. Com a palavra, o Prof. Luiz Gonzaga Belluzzo.

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – Inicialmente, queria agradecer o convite que me foi feito pela Comissão de Assuntos Econômicos, cujo Presidente é o nosso querido Lindbergh.

Ele pediu para falar sobre a crise internacional, e eu estendi um pouco o tema, para falar sobre as transformações na economia global e a divisão internacional do trabalho, porque eu quero tratar desse ponto de vista os problemas que o Brasil vem enfrentando, sobretudo e particularmente na sua inserção internacional, que aconteceu nos últimos anos.

Como o meu tema é sobre economia internacional, vou focalizar essa questão; focalizar o Brasil a partir dessa questão mais geral. Eu quero mostrar a vocês o seguinte, que a partir da década de 1960, o mundo vem sofrendo uma queda no desempenho das economias. Em cima nós temos a Zona do Euro; embaixo, os Estados Unidos. Com exceção dos anos 1995 a 2004, mais ou menos o comportamento é de uma escadinha. O nível de atividade vem caindo, ou seja, as taxas de crescimento vêm caindo sistematicamente.



Eu vou passar rapidamente, para depois a gente... Mas vocês vão achar estranho esse próximo gráfico, mas esse gráfico é muito importante para a gente entender qual é o movimento que transformou, desde o final dos anos 70 até o início dos anos 80, a economia global. Esse gráfico é muito expressivo, porque ele coincide com o fim do chamado período do Estado do bem-estar, ou da economia keynesiana, e dá início à liberalização financeira. E eu queria mostrar a vocês que essa é a conta de capital dos Estados Unidos. Ao contrário do período anterior, ela é sistematicamente superavitária, ou seja, em termos líquidos, o capital se moveu basicamente de outras partes do mundo para os Estados Unidos. Isso tem muito que ver com o que vai acontecer depois com o crédito e com a supremacia dos mercados financeiros americanos em relação ao resto do mundo. Nós estamos observando hoje um fenômeno que tem que ver com essa supremacia, quer dizer, quando se move a política monetária americana, os outros países sofrem a consequência. Esse é um dado muito importante.

E essa é a conta corrente americana, ou seja, onde se registram as transações de bens e serviços – portanto, as transações comerciais. Vocês vão observar que a conta corrente americana é exatamente o simétrico da conta de capital. É exatamente o simétrico da conta de capital, ou seja, a conta de capital se move no sentido do superávit, e a conta corrente se move no sentido oposto.

Qual é o rebate que isso tem para o resto do mundo? Eu vou dar um exemplo aqui. Isso é investimento direto americano no exterior. Um investimento direto americano no exterior tem que ver com aquele outro comportamento da entrada de capital financeiro, sobretudo de portfólio nos Estados Unidos, porque isso financia, em grande medida, o investimento americano no exterior.

Isso aí é a saída das empresas americanas, que se dá com grande velocidade a partir dos anos 80, e essas empresas vão se deslocar sobretudo para alguns lugares.

Esse é o investimento direto na China. Como vocês podem ver, é a partir de meados dos anos 90 que se acelera o investimento direto na China. Então, aquele movimento anterior das empresas americanas se dá sobretudo na China. Vocês vão observar que, na parte de baixo, há um investimento direto que vem de Hong-Kong. Isso não é Hong-Kong: isso é a passagem da grande empresa internacional por Hong-Kong, que é um centro financeiro. Mas o crescimento é impressionante, e cola exatamente com aquele movimento da grande empresa americana. Essa é a conta corrente chinesa. Vocês podem ver que o investimento direto começa em meados dos anos 90, ou um pouco antes, e o superávit comercial de conta corrente chinês coincide exatamente com a aceleração do investimento direto.

Bom, isso é a tendência das exportações dos bens de consumo do Leste Asiático. Esse gráfico é um pouco difícil de interpretar, mas o importante nele é o seguinte: a China exporta para o resto do mundo bens de consumo mais do que os 27 países da União Europeia. A China exporta para o resto do mundo



bens de consumo mais do que os 27 países da União Europeia. Portanto, nós temos uma concentração da produção – esses são bens de consumo – da produção manufatureira no arquipélago asiático, que inclui a China, o Vietnã, a Coreia, Taiwan, o Japão.

No comércio interno intra-asiático basicamente o movimento maior é de bens intermediários e de bens de capital. Por quê? Porque, na verdade, você montou um *cluster* manufatureiro em que a China produz, monta e processa os produtos finais e exporta para o resto do mundo. E ela gera, portanto, demanda de peças e componentes para o resto da Ásia.

Isso tem uma implicação muito importante para a organização industrial hoje no mundo. O que aconteceu simultaneamente a esse movimento de concentração da indústria manufatureira no sudeste asiático, sobretudo na China – isso tem importância para o Brasil? É que aumentou brutalmente a concentração industrial, a centralização do controle do capital industrial no mundo inteiro. Eu posso dar vários exemplos para vocês dessa concentração.

Em geral, no caso automobilístico, por exemplo. As cinco maiores empresas automobilísticas concentram 90% da produção global. Isso é verdade. Nem vou falar para a indústria aeronáutica, porque as duas maiores empresas têm 100% da produção global e não vou falar da indústria de máquinas e ferramentas, em que as sete maiores empresas concentram 85% da produção global. O que aconteceu foi que nessa transformação o mercado escolheu seus próprios vencedores. Então, há uma brutal concentração que não se dá apenas na indústria produtora de bens finais, ela produziu uma reorganização dentro dos fornecedores. Então, os maiores fornecedores... Por exemplo, quanto aos fornecedores de vidros para automóveis, a Pilkington, que é uma empresa importante, tem mais de 50% do mercado.

Então, a gente precisa entender o que aconteceu no Brasil nos últimos 30 anos a partir dessas transformações que eu estou expondo, porque não é só uma concentração geográfica, é um terremoto, é um acontecimento telúrico que mudou a localização da manufatura, é que, na verdade, também se transformou a configuração da estrutura manufatureira. Como mudou? Concentrou-se nas empresas integradoras, que são as empresas que produzem os bens finais, tanto bens de capital como bens de consumo e, ao mesmo tempo, aumentou-se o controle sobre os fornecedores. Então, montaram-se cadeias de produção de valor, cadeias de geração de valor na indústria, que vão muito além do conceito de firma tradicional. Por exemplo, o Boeing tem um controle sobre os tempos de fornecimento, sobre a qualidade tecnológica do que está sendo fornecido a ela. Por exemplo, na aviação são duas empresas que na verdade fornecem o material informático para o controle dos aviões; no caso dos aparelhos de controle internos dos aviões, são apenas cinco empresas que fornecem. Então, isso tudo significa uma reestruturação industrial da maior importância durante o período em que o Brasil – vou entrar no Brasil agora – executou uma não política



industrial. O que o Brasil fez? O Brasil ficou fora, afastado desse movimento. Nós estamos falando, na verdade, dos anos 80 aos anos 2000. O Brasil ficou afastado desse movimento. O Brasil participa marginalmente das cadeias produtivas globais.

O que aconteceu dos anos 80 para cá? Primeiro nós tivemos a crise da dívida externa, que durou dez anos; depois tivemos a estabilização de 94. E é aí que começam os problemas maiores, porque o Brasil tem 20 anos pelo menos de valorização da sua taxa de câmbio. Portanto, nesses 20 anos de valorização da taxa de câmbio, o Brasil perdeu as oportunidades que estavam oferecidas pelos países que mantinham a taxa de câmbio subvalorizada, em primeiro lugar, e, em segundo lugar, que tinham políticas industriais ativas. O Brasil não teve nem uma coisa nem outra, nem políticas industriais ativas nem câmbio favorecido.

Além de não termos acompanhado a terceira revolução industrial, que tem a ver com eletroeletrônica de consumo, que tem a ver com automação, que tem a ver com a robótica, nós também perdemos importantes elos das cadeias industriais, sobretudo o miolo das estruturas produtivas.

Então, se alguém pergunta se nós tivemos desindustrialização, eu respondo: nós tivemos desindustrialização, que não significa apenas que nós perdemos setores, mas que nós não avançamos nos novos setores que formam a vanguarda da estrutura industrial no mundo inteiro.

Esse erro crasso, que eu chamei de erro crasso de política econômica, que é, na verdade, expor o Brasil a uma competição que mudou de natureza, porque o nosso competidor não é mais... Os nossos competidores são países que têm uma agressividade na sua política de exportações – e o Senador Armando Monteiro sabe disso – que é inédita. Na verdade, nós valorizamos o câmbio no momento em que se estava reconfigurando as estruturas industriais globais e, ao mesmo tempo, havia políticas nacionais de incentivo à exportação. Por exemplo: quando nós retiramos o crédito prêmio à exportação, os chineses faziam *tax rebates* da ordem de 15%, 20% para estimular as exportações deles. Nós andamos na contramão, valorizando o câmbio. E isso vem de 94. Nós tivemos várias oportunidades de segurar o câmbio lá em cima, não seguramos, porque as pessoas confundem o nível da taxa de câmbio, portanto a sua situação de desvalorizado ou valorizado com o movimento de desvalorização.

O grave nessa história toda do câmbio é que quando se valoriza – é claro que isso ajudou a política de metas de inflação, que, entre aspas, “foi uma farsa”, porque, na verdade, foi o câmbio que eles usaram para estabilizar a inflação... Na política de metas não se diz que você tem que usar o câmbio, muito pelo contrário. Você tem que administrar as expectativas que movimentam a taxa de juros. Nós usamos o câmbio sistematicamente para ajudar a combater a inflação, desde a estabilização de 94. Se existe alguma herança que sobrou de 94 para o Governo Lula foi essa.



Nós começamos 2002 com a taxa de câmbio em 3,80. Não precisava ser 3,80. Que a deixassem em 3,00, em 2,40. Não. O que nós fizemos? Colocamos em 1,60. Por que não aconteceu nada? Nós tivemos três anos de superávit comercial. Há o outro lado da coisa chinesa como demandante de *commodities*. Então, tivemos três anos de superávit em conta-corrente e, hoje, estamos com uma conta-corrente ameaçando chegar a 3,5% de déficit.

Muito bem. Nós estropiamos o nosso cenário macroeconômico. Por quê? Porque nós temos um erro fatal que é ter uma taxa de câmbio valorizada. E o que aconteceu nos últimos anos? É muito difícil desvalorizar, porque há impacto na inflação. A taxa de câmbio desvalorizada não tem nenhum impacto na inflação – estou falando do nível –, mas o movimento dela tem. Sobre tudo, quando a valorização dura muito tempo, o que aconteceu? Você mudou o fornecimento das cadeias produtivas brasileiras, você passou para fora, sendo que muitos viraram importadores e colocam lá a sua etiqueta no bem importado.

Nós cometemos um grave equívoco em relação a nossa indústria. Tem gente que acha que não precisa haver indústria, porque é economia de serviços. Essa é uma conversa mole. Nunca vi uma tolice... os americanos estão tentando reindustrializar fortemente, relançar a indústria deles, e nós estamos falando que não precisamos da indústria. Aí começam os desequilíbrios. Como o câmbio está valorizado, você precisa dar desonerações para manter um mínimo de competitividade para a indústria brasileira, e aí você começa a dar desoneração. O que acontece com o seu sistema fiscal? Ele começa a ficar fragilizado.

Quanto é que nós demos de desoneração já? Aproximadamente, 65 bilhões, 70 bilhões de desoneração fiscal. Aí, você quebra o outro pé da política econômica, que é o superávit fiscal. Então, quando você quebra o outro pé...

Nós estamos, hoje, numa situação em que as demandas para o transporte, para a educação etc, exigiriam que nós tivéssemos um sistema fiscal, uma situação fiscal, uma *fiscal stance*, como se diz em inglês, muito mais sólida. Então, quando nós cometemos o erro do câmbio, somos obrigados a fragilizar nossa situação fiscal e, na verdade, sobreutilizar a política monetária.

Quando começa a subir a inflação, qual é a defesa que o Governo tem? O Banco Central sobe a taxa de juros. Quando sobe a taxa de juros, ele afeta a dinâmica da dívida pública, porque o superávit primário está aí para regularizar a dinâmica da dívida pública.

Esses são os efeitos de uma sucessão de equívocos à política econômica, que deixaram a descoberto o setor industrial. Quando a gente fala em indústria, a gente está falando num sistema de relações – não é um conjunto de fábricas – que se espalha pela agroindústria, pelos serviços de transporte, pelos serviços financeiros. Então, nós estamos desmontando o elo dinâmico da economia. Ou os chineses são idiotas? Eles estão se industrializando e forçando a mão na industrialização porque eles acham que eles vão...? Eles não acham



nada! Eles vão continuar, na verdade, defendendo a economia nacional deles, sem se importar absolutamente com o que os outros fazem.

Vamos tomar nossa situação agora, neste momento. O que acontece? O Federal Reserve anuncia uma mudança na política monetária deles. Eles vão parar com o chamado *quantitative easing*, ou com a facilitação quantitativa. Os mercados já se anteciparam e já estão desvalorizando as moedas em todos os lugares do mundo, além de estarem forçando a saída dos investidores dos papéis dos países emergentes para os Estados Unidos. É uma mudança pequena, aparentemente, porque o rendimento do título de 10 anos nos Estados Unidos estava em 1.7 e agora está em 2.2, mas o movimento de capitais foi extraordinário, foi fora do comum, porque afetou as moedas de todos os países, afetou o real, afetou a rúpia indiana, afetou quase todos os países.

Então, estamos em uma situação de vulnerabilidade e essa vulnerabilidade tem a ver, claro, com uma simetria na economia internacional, por um lado, e tem a ver, certamente, com esse problema. No caso do Brasil, tem a ver, certamente, com esse problema que estamos vivendo de desequilíbrio entre as variáveis macroeconômicas. E o centro da questão, o problema central é que temos baixo crescimento, devido ao desempenho ruim, o peso da indústria no crescimento brasileiro sempre foi muito alto. Temos um baixo crescimento pelo baixo desempenho da indústria. Vocês pegam, nos últimos anos, o que aconteceu! Ao longo de 2012, a indústria caiu em todos os quadrimestres, em todos os trimestres. E terminou com menos 2.2. Aí o pessoal: Ah, o PIB só cresceu 0.9. Claro, o PIB foi puxado pelos serviços etc. que não têm força suficiente para generalizar o crescimento, sendo que os ganhos de demanda que nós obtivemos por conta das políticas sociais etc., boa parte ou a maior parte deles vazou para o exterior.

Qual o setor industrial brasileiro que tem superávit comercial? Qual é? Se vocês me citarem um... Todos são deficitários, todos, sem exceção, desde aqueles que tínhamos vantagens, que são aqueles mais intensivos em trabalho, até os intensivos em capital, em todos os setores nós temos déficit na balança comercial, e déficit no momento em que a economia está crescendo pouco. Os senhores imaginem se por acaso, por algum mecanismo que eu não sei qual é, a economia começasse a crescer rapidamente, como se comportaria esse déficit com essa taxa de câmbio.

Para terminar, eu só queria dizer o seguinte: eu nunca vi, não tenho nenhum exemplo de economia em desenvolvimento que tenha crescido desde o século XIX, em que os americanos cresceram à sombra de um protecionismo tarifário brutal, porque estavam no padrão ouro, até o século XX, a Alemanha do pós-guerra, o Japão do pós-guerra, a Coreia, Taiwan e agora a China, nenhum país que eu tenha notícia cresceu mantendo a taxa de câmbio valorizada por 20 anos.

Era isso que eu tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Prof. Luiz Gonzaga Belluzzo.

Passo a palavra para o primeiro Senador inscrito, Senador Eduardo Suplicy, que é um dos autores desse requerimento.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh Farias, quero saudar aqui a excelente exposição do Prof. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, que pôde nos trazer uma explicação melhor sobre os movimentos de capitais e de exportação e importação de bens dos diversos países e como isso, de alguma maneira, contribui para a explicação das dificuldades que temos tido.

O Prof. Belluzzo é um dos analistas econômicos que tem visto na apreciação cambial uma explicação para a nossa baixa taxa de crescimento.

Um segundo debate diz respeito aos instrumentos disponíveis para depreciação da moeda.

O senhor mencionou que avalia que o real tem estado sobrevalorizado e, mesmo reconhecendo uma eventual apreciação, avalia que seria adequado que agora as autoridades econômicas viessem a realizar ou permitir uma depreciação de nossa moeda, tomando o devido cuidado para que a inflação se mantenha baixa para que possa ser alcançada a meta, se possível, de 4,5%, no máximo, ou no limite de 6,5% de taxa inflacionária e, ao mesmo tempo, estimulando o crescimento da economia e das exportações de bens com maior conteúdo de valor adicionado.

Ontem, eu assisti, Prof. Belluzzo, a uma avaliação muito pessimista daquilo que estaria ocorrendo, no Programa Roda Viva, em que o ex-Governador de São Paulo, economista de Unicamp, Prof. José Serra – palmeirense e pessoa com a qual V. Exª tem um excelente relacionamento de respeito mútuo –, quando vi as suas observações muito pessimistas sobre o quadro da economia brasileira, fiquei pensando o que dirá o Prof. Belluzzo sobre essa avaliação que ele fez ontem à noite, porque considerou que a economia está numa situação de fim de linha, de que há dificuldades imensas para que a Presidenta Dilma Rousseff e o Ministro Guido Mantega consigam agora fazer com que haja um procedimento de aceleração das diversas áreas que caracterizam a economia brasileira e, ao mesmo tempo, conseguir a estabilidade de preços e continuar o processo de erradicação da pobreza absoluta e de melhoria da distribuição da renda.

A certa altura, um dos jornalistas que o entrevistaram, acho que o Mário, disse: “Mas há alguns muito positivos como, por exemplo, a taxa de desemprego, que é das mais baixas”. Ele até reconheceu. Não falou muito sobre o processo de diminuição da pobreza absoluta e da desigualdade, que é uma das características do que aconteceu nesses últimos dez anos.

Eu agradeceria se o senhor puder nos dar...



O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Senador
Suplicy...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Permita-me só uma observação. Eu assisti ao programa e o que ele falou, independentemente da nossa concordância, é que haveria o fim de um ciclo que tem no consumo o seu principal pilar. Então, o que ele quis dizer foi isso. E até não fez, assim, uma avaliação tão pessimista. Ele acha que é o fim de um ciclo, cujo pilar é o consumo que embalou esses anos de crescimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu agradeço as palavras do Senador Armando Monteiro, que colocam mais precisamente... Eu tinha falado fim de linha, mas era um fim do ciclo e que, portanto, não há como a economia brasileira reagir com facilidade.

Mas, como o Prof. Belluzzo tem tido um diálogo volta e meia com a Presidenta, volta e meia com o Ministro Guido Mantega e sua equipe, eu agradeço muito se puder nos dizer que caminhos alternativos seriam, agora, os mais saudáveis para acelerar o crescimento, promover a estabilidade de preços, que é tão importante, e, ao mesmo tempo, continuar com o processo de crescimento das oportunidades de emprego, de melhoria da distribuição da renda, ainda que tenhamos passado do terceiro lugar, dentre os mais desiguais do mundo, somos, ainda, o décimo sexto mais desigual do mundo. Então, ainda temos um longo caminho a percorrer para, efetivamente, melhorar a questão das desigualdades sociais e, inclusive, poder responder a esses anseios tão fortes que, por todo o País, observamos nas últimas três semanas, quando os jovens e a população estão reclamando ações ainda mais efetivas para melhorar a vida de toda a população, com melhoria do transporte urbano, da educação, da saúde, e assim por diante.

Finalmente, uma última indagação, Presidente Lindbergh.

Há pouco, eu conversei com o Prof. Belluzzo, que, há anos, tem acompanhado todo o processo de melhoria de distribuição da renda, os programas de transferência de renda, a evolução desde os programas de renda mínima associados à educação, que ele testemunhou, ocorridos em Campinas e no Distrito Federal e que se espalharam hoje pelo Brasil inteiro, com 13,9 milhões de famílias hoje, correspondendo a um quarto da população brasileira, recebendo o Programa Bolsa Família, mas o Prof. Belluzzo tem sido um dos que acompanharam todo o debate havido em relação àquilo que já é lei, a instituição de uma renda básica de cidadania, que poderá ocorrer como um passo além de uma transição do Bolsa Família para a incondicionalidade e universalidade desse direito para toda a população.

Considero, Prof. Belluzzo, que seria próprio que pudesse a Presidenta Dilma Rousseff formar um grupo de trabalho para pensar, convidando todos aqueles que têm estudado esse tema, como poderá se dar essa transição.



Não dá para fazer de um dia para o outro, mas num período razoável, que o grupo de trabalho poderia, inclusive, definir para quando.

São essas as minhas indagações, cumprimentando-o por sua contribuição ao pensamento econômico brasileiro, seguindo a tradição dos grandes Professores Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e toda a sua equipe de colegas na Unicamp e na Facamp.

Meus parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Passo, imediatamente, a palavra para o Senador Francisco Dornelles. Antes, porém, quero anunciar a presença do nosso Professor e Economista José Carlos de Assis, que muito nos honra com sua presença, e conceder a palavra ao Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu queria cumprimentar o Professor e mostrar minha concordância completa com a afirmação feita de que, nos últimos dez ou quinze, não vamos colocar anos, a utilização do câmbio como instrumento de combate à inflação desorganizou completamente o comércio exterior no Brasil, criando problemas enormes ao processo de industrialização.

O que eu vejo, Professor, é que nós estamos numa situação complexa. O déficit na conta de serviço aumentando, na conta de renda aumentando, superávit comercial diminuindo, conta corrente também atingindo a projeção de 75 bilhões, o que talvez dificilmente será coberto pelo investimento direto, como o senhor mostrou a atração dos Estados Unidos por novos investimentos financeiros. Eu não vejo motivo para intervenção do Banco Central no mercado querendo impedir a desvalorização do real. Acho que essa desvalorização seria extremamente sadia para a economia e, no que pese a repercussão que ela tem com a inflação, como o senhor disse, através da política fiscal e monetária é possível lidar com a inflação. Mas acho que seria um erro grande do Banco Central tentar impedir a desvalorização do real.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu passaria para o professor ou o Senador Armando Monteiro quer fazer logo... *(Pausa.)*

Então, prefiro passar a palavra para o Professor.

O SR. LUIZ GONZAGA BELLUZZO – Eu estou ficando com Alzheimer...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Pode fazê-Lo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra o Prof. Luiz Gonzaga Belluzzo.

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – Eu não prestaria a atenção devida ao querido Senador Armando Monteiro, cujo pai eu conheci. Gente finíssima o seu pai.



Bom, o Eduardo, que é meu colega de Colégio São Luís, sempre me faz umas perguntas tão complexas que não sei direito por onde começar.

Há um estudo da OCDE que mostra o seguinte: a distribuição de renda feita no Brasil andou na contramão do mundo. Nós andamos na contramão do mundo. Eu não queria aprofundar os dados, mas tenho os dados no meu PowerPoint sobre a piora da distribuição de renda nos Estados Unidos. Não preciso citar os autores que trataram disso, fiz uma porção de gráficos, mas, por exemplo, a classe média americana sofreu uma perda de *status* e de renda importantes. Isso é um dos problemas hoje da economia americana e das minhas dúvidas sobre se o Bernanke está certo, se ela vai crescer mais de 2%, não sei. O Bernanke está fazendo uma aposta e a economia, assim mesmo...

Sempre me lembro, quando discuto economia, de uma coisa que o Keynes escreveu, em 1930, num pronunciamento radiofônico, em que ele falava sobre a depressão. Ele disse ao público o seguinte: “Os senhores não acreditem nos *experts*, nos especialistas, porque eles só vão dizer besteiras sobre o que está acontecendo”. Então, a gente precisa ter um pouco de modéstia ao analisar as coisas.

Eu diria a você que a distribuição de renda teve um papel importante no crescimento do Brasil. Ele foi viabilizado, sobretudo, porque o governo Lula soube aproveitar a oportunidade que foi oferecida: nós tivemos três anos de superávit em conta corrente. Isso, na verdade, não escondia a deterioração – por baixo do pano, você tinha a deterioração da indústria –, porque, quantas vezes, discutindo o assunto, nós dissemos que era um risco manter o câmbio valorizado.

Em 2008 – hoje estou vendo a distribuição, passou aí, vocês podem ver que barbaridade é isso aí, a apropriação da renda por parte dos 10% superiores da população –, o que eu queria dizer é o seguinte: aquele momento de ventos favoráveis no comércio internacional, porque nós ganhamos, Senador Dornelles, no preço e no volume, nas exportações de *commodities* – preço e volume –, isso acabou, por isso você está tendo esse efeito sobre o balanço de pagamentos.

Durante o tempo todo, escrevi várias vezes, com o Julinho, o Júlio Sérgio Gomes de Almeida: “A indústria está entrando num período de déficits crônicos”. Quando terminou a bonança lá, isso afetou o crescimento e afetou a situação fiscal. Por quê? Porque a indústria, não ela, mas o sistema que ela forma, tem uma grande importância na geração de receitas fiscais – ela e as suas relações. Muito bem. Nós fomos fazendo um esforço cada vez maior para fazer duas coisas ao mesmo tempo: o superávit primário, tirando as trapalhadas, mas fazer o superávit primário, por um lado, e, ao mesmo tempo, manter os gastos que são incontornáveis.

Agora mesmo com a pressão das ruas, o que você tem? Você acha que consegue aumentar o superávit primário com essa pressão, porque há uma



demanda de sérvios públicos melhores? O grosso da manifestação – há outras coisas no meio que não vamos comentar – é isso.

Então, nós fizemos uma distribuição de renda, Eduardo, que, para um país normal, corresponderia a um crescimento de 10% ao ano! Corresponderia a um crescimento de 10% ao ano. Nós fizemos uma distribuição de renda impressionante neste País. Muito bem. Com o preço que estamos pagando, que é a desestruturação na indústria brasileira.

O que estou pensando é daqui para frente. Como é que vamos fazer? Como vamos levar adiante isso? Ou não vamos discutir a questão da desindustrialização? O Ministro Dornelles fez uma pergunta, e eu vou lembrá-lo. Ele assumiu o Ministério da Fazenda no fragor da crise da dívida externa. Não é verdade, Ministro Dornelles? Eu assumi a Secretaria de Política Econômica depois dele. Aquilo era uma desgraça. É verdade ou não? Havia uma crise fiscal, uma crise monetária e houve uma crise de crescimento, porque a economia parou ali. Não é verdade? A economia parou. Você não tinha nenhuma possibilidade que o investimento público crescesse. A crise que nós vivemos naquele momento pegou o Brasil... Quanto nós tínhamos de reserva, Ministro, naquele momento?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Nada.

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – Nada. Só os brincos da D^a. Dulce Figueiredo que ficaram lá, que sobraram. Não tinha mais nada. Muito bem. Hoje a situação é diferente. Nós temos R\$375 bilhões de reserva – R\$380 bilhões.

Então, quando o Ministro Dornelles me pergunta se o Banco Central deve abafar a desvalorização; não. Mas não deve deixar cair; deve, na verdade, deixar, devagarzinho, que o câmbio vai se ajustando em um nível maior. Ele pode fazer isso, porque ele tem as reservas como instrumento para controlar o movimento. O problema, a diferença de 1979, 1980 é que a desvalorização foi abrupta e o choque nos preços foi brutal. Lembra-se disso? O senhor se lembra bem se era possível, naquele momento, ter algum instrumento convencional de combate à inflação? Não era impossível? Aí, o que aconteceu? Eu sou protagonista disso e não gosto de me desculpar dos erros que eu cometi. Então, nós fizemos o congelamento de preços. Mas ali era uma coisa quase inevitável porque estávamos indo para a hiperinflação. Depois, para corrigir esse negócio da saída dos choques, nós superindexamos a economia, preço que estamos pagando até agora porque não conseguimos nos livrar da indexação. Não é a indexação que está escrita na lei; é a indexação que está posta nos contratos privados, porque as pessoas ainda não recuperaram completamente a confiança na moeda brasileira.

Nós estamos na seguinte disjuntiva. Em 2009, o câmbio foi a R\$2,40, se o senhor se lembra bem, por causa da crise internacional. Em 2009, o PIB caiu quanto? Caiu 0,9%? *(Pausa.)*



Quanto? Zero vírgula cinco. Obrigado pela sua colaboração. Eu sempre confundo os números, esqueço os números. Então, foi menos. Mas 0,5%, a economia estava caindo, e o que a política monetária fez? Subiu a taxa de juros, porque é uma interpretação errada da crise. Subiu a taxa de juros e logo depois valorizou o câmbio de novo. Ou não é verdade? Eu estou inventando? Não estou. Valorizou o câmbio de novo. Por que não seguiu o câmbio ali, naquele momento, naquele lugar?

Em 2010, vem o ciclo de consumo, de que você falou – e o Serra tem razão – quantas vezes eu, conversando com os meus amigos, dizia: “Vocês não se dão conta de que o ciclo de consumo está se esgotando, vocês precisam antecipar o negócio do investimento”. Só que demorou, não é? Só que demorou!

Então é isso.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Professor.

Com a palavra, o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Prof. Belluzzo, é sempre um prazer ouvi-lo. Hoje eu gostei muito, porque o Professor centrou a sua preocupação com a questão da indústria nesse quadro de redefinição da divisão internacional do trabalho, em que a Ásia passou a ter um peso muito expressivo na produção de bens industriais no mundo, em decorrência de um processo que combinou economias de escala fantásticas e custos muito baixos.

Nós fazíamos um debate aqui, Professor, há pouco tempo, e eu lembrava, para se ter uma ideia como foi agigantado esse processo na China. Há pouco mais de 15 anos – 18 anos, precisamente –, a produção siderúrgica da China era mais ou menos equivalente à nossa, algo como 25 milhões de toneladas de aço. Hoje, a produção de 15 dias da China equivale à nossa produção anual. Ou seja, a China produz 750 milhões de toneladas de aço, e o Brasil produz 37, 38, 40 milhões de aço bruto.

Na indústria de calçados, por exemplo, o Brasil sempre foi um *player* importante. Temos a matéria-prima, temos condições. A indústria brasileira, em seu melhor momento, produziu 900 milhões de pares. A China produz 13 bilhões de pares de sapato. Então, esse processo realmente nos coloca um desafio imenso.

E eu acho que o Professor foi muito claro quando o atribuiu, em grande medida, a essa questão do câmbio, com o que eu concordo inteiramente. Aí vêm alguns e dizem: “Não, mas são outras reformas sistêmicas, para melhorar a produtividade da economia, etc. Ou as reformas estruturais, as reformas tributárias”. Ora, se não tivemos as reformas e, além disso, tivemos um processo de contínua valorização cambial, é evidente que a indústria ao final pagou essa conta. E essa conta se traduz em um déficit na balança de manufaturados, cujo crescimento é quase geométrico. O Professor acompanha isso. Em 2006, o déficit na conta de manufaturados era de US\$6 bilhões, hoje é quase de US\$90 bilhões,



US\$95 bilhões. Então é um processo acelerado. Só na área da indústria química, esse déficit é de US\$30 bilhões.

Bom, mas aí, Professor, feita essa análise, eu queria fazer uma reflexão aqui – e convidá-lo a nos ajudar – sobre a questão dessa propensão que o Brasil tem hoje a crescer pouco. Nós falamos que o ciclo de consumo se esgotou, temos que elevar o investimento. E para elevar o investimento, nós temos que aumentar a poupança.

A poupança tem três fontes clássicas: a poupança das pessoas; das empresas, que são os lucros que as empresas geram; a poupança do Estado, quando o Estado investe; e a poupança externa – teríamos que adicionar esta.

Na poupança externa, nós estamos, neste momento, com déficit em conta-corrente. É evidente que não temos muita margem para ampliar o afluxo de poupança externa.

No que diz respeito à poupança das famílias, o Brasil estimulou muito o consumo, que foi muito turbinado aí pelo crédito. E temos também na Previdência um elemento: o sistema previdenciário no Brasil não estimula esse processo de formação da poupança.

Do lado das empresas, custos crescentes, com comprometimento de margens. Então, imaginar que nós possamos que as empresas ampliem muito a sua capacidade de poupança também não é algo razoável.

Então eu pergunto, Professor, como vencer essa limitação estrutural? Quer dizer, a baixa poupança, essa baixa propensão a poupar e, conseqüentemente, a investir?

E, finalmente, o Professor Marcos Lisboa esteve aqui nesta Comissão e fez uma análise muito pessimista sobre essas mudanças recentes na política econômica, sobretudo, sublinhando o caráter expansionista da política fiscal que não ajudou a questão da politização da taxa de juros que, de repente, passou a ser representada quase que como uma conquista de Governo. E agora até assistimos uma reação atrasada do Banco Central quando foi necessário iniciar um novo ciclo de aumento da taxa de juros. Em suma, esse rearranjo da política econômica se revelou ao final frágil. E aí ele destaca que existem três grupos de países na América do Sul, aqueles que têm políticas de estímulo à produtividade e que têm políticas fiscal e monetária mais conservadora, como Chile, Peru, Colômbia e México, estes têm tido mais crescimento. Crescem a uma taxa entre 4% e 5%. Os países que têm forte intervenção estatal e que protegem setores, assim, de forma mais explícita: Argentina, Venezuela e Equador, têm uma posição ruim. E, finalmente, países que têm posição intermediária, em que ele situa o Brasil. Quer dizer, o Brasil ficaria aí numa posição intermediária.

Então, eu queria saber, Professor, o que o senhor acha dessa análise, e como o Brasil pode vencer esse problema estrutural de baixa capacidade de poupança e conseqüentemente pouca propensão a investir mais?



O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra o Professor Luiz Gonzaga Berluzzo.

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BERLUZZO – Bom, o senhor me fez uma pergunta muito interessante, porque ela envolve questões controvertidas entre os economistas.

Em relação ao desempenho da indústria, não é só que o déficit aumentou e se generalizou para todos os setores. Nós temos um preço relativo, pois o câmbio está fora do lugar. Por quê? Porque, na verdade, nós resistimos muito a aceitar certas coisas que até alguns países desenvolvidos estão fazendo, como a Suíça, por exemplo, de impedir a valorização excessiva da sua moeda, tomando medidas adequadas o banco central daquele país. Esse é um dado importantíssimo.

Eu vou responder a questão da poupança.

Como eu sou – a gente tem que dizer quais são as nossas premissas, não é, quais são os nossos pontos de vista, para a discussão ser honesta, não é? –, então, como eu sou um fanático Keynesiano, mas não um Keynesiano, como dizia – eu acho que os meus alunos podem atestar isso – Joan Robinson: “bastardo”, mas eu presto muita... O Keynes nunca disse que era preciso gastar sem controle. Nunca disse isso. Aliás, ele disse o contrário, não é? O que o Keynes dizia é o seguinte: é que o investimento é um componente tão importante da formação da renda e para a taxa do crescimento, que era preciso socializar o investimento. Quando ele disse isso, teve gente que queria se jogar do 10º andar. Mas ele não disse nada de mais. Ele disse que é preciso que o governo tenha um orçamento de capital, que esse orçamento de capital seja um orçamento flexível, e que ele tenha o orçamento corrente equilibrado. Sempre o orçamento corrente equilibrado e um orçamento de capital para manter as expectativas de investimento do setor privado.

Ele dizia: “O investimento é um ato de muita coragem, é um ato em que, na alma do investidor, se digladiam o medo e, ao mesmo tempo, a ambição de fazer alguma coisa”. Era muito sutil esse Keynes. Então, o que ele dizia? É preciso que, ao mesmo tempo, você pratique a eutanásia do rentista, ou seja, que você tenha controle sobre o crédito, sobre as condições do crédito, e, portanto, sobre a formação da poupança. Como ele pensava? Ele pensava que, para a poupança crescer, era preciso que o gasto crescesse na frente. Você gasta, forma a renda, as pessoas poupam. As pessoas não podem poupar do nada. Elas poupam, bem assim o Governo. Não só as pessoas poupam, mas o Governo também.

Enquanto há uma conjuntura em que o investimento está caminhando rapidamente na frente da demanda, como foi o caso da Europa nos anos 50 e 60... No Brasil, esse papel era executado pelo sistema produtivo estatal, porque as empresas estatais investiam na frente. Você deve se lembrar bem. Eu, como fui do Conselho da Fiesp durante esse período, lembro-me bem dos



bardellas da vida, dos vilares etc., pautando seu investimento pela demanda do setor público. Isso acabou. Não vou discutir esse assunto, se é bom ou se é ruim privatizar. Não vou entrar nessa discussão, porque acho que muitos países que não tinham esse sistema estatal tinham uma capacidade de regular o investimento. Posso falar de vários países europeus e, inclusive, até dos Estados Unidos.

Então, mostrei aquele gráfico, e a entrada de capitais nos Estados Unidos foi fundamental para financiar o investimento. Nós temos, antes de tudo, antes do problema da poupança... É importante a poupança, porque ela redistribui, na verdade, a riqueza entre aqueles que poupam e aqueles que não poupam. Ela é importante por isso. Quando você poupa, você muda a sua situação patrimonial, você se torna um credor. A poupança não vai diretamente para o investimento, mas vai para os instrumentos que mobilizam os recursos que vão para o investimento. O que não temos aqui é um sistema financeiro que faça essa mediação. O nosso sistema financeiro não faz essa mediação. Por quê? Por razões históricas. Não vou fazer aqui uma diatribe contra os bancos, porque acho isso uma bobagem. Mas esse sistema não o faz.

O que acontece, comparando com a China? A China teve uma taxa de investimento que chegou a 45% do PIB. Sei que você tem bom conhecimento da China. Aliás, você deu exemplos muito interessantes. A China chegou a investir 45% do PIB. Como é que ela mobiliza isso? Ela o mobiliza através de seu sistema financeiro. O seu sistema financeiro tem o quê? Aí vou falar coisas de que as pessoas não vão gostar. Oitenta por cento do crédito são públicos. Há desarranjos, trapalhadas. E há um banco de investimento. Dou o exemplo do Banco de Desenvolvimento da China. Há uma literatura especializada só no Banco de Desenvolvimento da China.

Uma empresa chinesa está aqui, chamada Huawei, que produz...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Em Campinas.

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – Não é a minha cidade, mas eu trabalho lá.

A Huawei produz *smartphones* etc. A Huawei foi produzida pela política industrial e empresarial do governo chinês.

O que achamos que não temos? Não temos muita clareza, até pela nossa derrota industrial nos últimos tempos, sobre o que nós temos de fazer. É claro que, por exemplo, temos de estimular um sistema de previdência público que funcione como os fundos de investimento, de capitalização. Nós temos de fazer isso. Aliás, vocês votaram essa lei. Não a votaram? Vocês votaram essa lei.

Então, essa é uma coisa que vai ser importante. Mas é preciso que isso seja administrado de maneira correta, que isso seja dirigido a suportar o investimento produtivo. Acho que esse foi um passo importante sobre o qual ninguém falou.



Eu não vejo, nas discussões públicas, darem... Esse é um potencial enorme de formação de poupança e de canalização de recursos, que tem que ser administrados de maneira correta.

Então, eu acho, de fato, que tem um nó nessa questão do financiamento do investimento. A minha discordância é só em relação à precedência. Eu acho que os fundos financeiros, que são acumulados, que eles tenham uma destinação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – Exatamente. Então, por quê? Você que é um homem de negócios sabe bem – e às vezes a mídia faz confusão – que o sistema financeiro, o sistema bancário adianta recursos líquidos para o investimento. É isso que o Keynes diz – desculpem-me, esse é um vício acadêmico; então, peço perdão –, ao tratar da moeda, ele mostra como a moeda de crédito, que surge no final do século XIX e começo do século XX, viu citar outro autor, meio réprobo, o Marx, no volume III, está lá, ele está falando disso. Ele escreve que o capitalismo criou uma capacidade de alavancagem que vai transformar num sistema capaz de avançar vertiginosamente. Foi ao que nós assistimos, aliás, nos últimos dois séculos. Por quê? Porque o pessoal pensa que o banco pega o dinheiro de um lado e passa para o outro. Não. O banco cria moeda, ele cria liquidez, ele avança recursos. A única instituição que faz isso hoje no Brasil é o BNDES. E uma pena que isso... O negócio da politização da taxa de juros.

Esses dois autores que eu mencionei nunca duvidaram de que a taxa de juros fosse uma coisa decidida, digamos, politicamente. É por isso que o Keynes falava na eutanásia do rentista. Ele dizia o seguinte – ele estava falando do Ricardo –: no caso da terra, é justificável que o sujeito obtenha uma renda, porque, à medida que você vai ocupando as terras melhores, mais férteis... Esse caminho é para terras menos férteis. Aquele sujeito que tem terras mais férteis pode exigir uma renda diferencial a favor dele.

Mas, dado ao fato de que o sistema bancário faz o que faz, esse tipo de escassez não justifica a exploração do crédito da maneira que é feita pelos bancos. Então, por isso que ele falava na eutanásia do rentista. No fundo, o que ele queria dizer é que é preciso controlar o capital monetário, o capital líquido, para que ele seja dirigido junto com a coisa da socialização de investimento, ou seja, entendido como essa coordenação que o Estado faz. Não é que socialização significa que o Estado vai tomar as empresas; significa que ele vai coordenar as expectativas do investimento, mantendo uma certa estabilidade da taxa, que pode fazer com que os privados tenham mais segurança ao tomar essa decisão. Como ele diz: é uma decisão crucial essa de investir.

Por exemplo, quando o Governo cometeu aquele erro de tabelar a taxa interna de retorno dos projetos de infraestrutura, isso foi um erro grave. Estou dizendo isso com o coração aberto, porque tenho o maior respeito pela



Presidente, mas alguém fez essa besteira. Ou seja, você introduziu um grau de incerteza e de desconfiança desnecessário.

Então, coordenar um investimento significa você ter um sistema de apaziguamento da inquietação do investidor quando ele vai investir. Você é investidor. Você sabe que não há nada mais incerto do que o que vai acontecer com a sua nova planta, com o seu novo equipamento, etc. Então, o que ele falou da socialização? É preciso apaziguar as inquietações.

Em segundo lugar, é preciso que se tenha um sistema de financiamento que te dê segurança. Como você disse, como eles vão na frente, é preciso que você, que toma o recurso, tenha a certeza de que ou vai ter condições de refinanciar, se for o caso... Então, é o sistema financeiro que faz isso. A finança moderna é isso. Infelizmente, ela perdeu as estribeiras nos últimos anos e fez coisas do arco da velha. Mas o sistema financeiro moderno pode ser uma coisa muito eficaz, como os chineses estão mostrando. Para você alavancar uma taxa de investimento de quarenta... Eles exageraram. Estão voltando para os trinta e poucos. Porque não dá. Ninguém segura 45% de investimento. Agora, eles têm que mudar o *mix*.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – (*Fora -do microfone.*)

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – Pois é, mas nós andamos na contramão esse tempo inteiro. Nós andamos na contramão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Tem que fazer o inverso do que temos que fazer, não é, Senador Armando?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Tem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Professor, eu passo para o último Senador inscrito, o bravo Senador cearense...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É a resistência.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) –... do PCdoB, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Quero, primeiro, dizer que é uma grande alegria tê-lo falando aqui no Senado da República. Você fala para Senadores bravos, resistentes, mas fala para um distinto público, que está nos acompanhando neste instante para ouvir algumas coisas – não que vão concordar ou discordar – que precisam ser ditas à população brasileira.

Foi uma batalha grande que se travou no Brasil e que não é fácil. Veja o problema da política de juros. O problema é que, ao politizar os juros no inverso, não seria o Governo politizar os juros, mas a sociedade, através de alguns esquemas, politizar de tal forma os juros que se você aumentar ou diminuir, sempre cria uma crise. Se vai aumentar ou se vai diminuir. Não, esse é um instrumento que a unidade do País deveria dizer: “O.k. Isso é do Governo”. É do Governo em qualquer canto do mundo. É uma escolha política. Então, aqui, nós ficamos neste drama sempre, de como utilizar a taxa de juros.



Infelizmente, a nossa taxa, embora você possa, em uma crise, a inflação vai aumentar, então, pega os juros. É o instrumento mais perto, que está aqui, eu tenho que usar, não tem jeito. Mas nós não tivemos a capacidade, durante esse largo período de tempo, digamos, 20 anos, um espaço de 20 anos, de adotar uma política de juros mais adequada para o desenvolvimento do País. Nós ficamos com uma taxa muito elevada. Então, nós temos que elevar a taxa de novo, mas já é uma taxa muito elevada. Nós não estamos falando de uma taxa pequena de juros que eu estou aumentando. Eu não estou falando de 0,5%, de 0,25%, de 1%, está certo? Estou falando de juros reais superiores, muitas vezes, a 2%. É diferente dos Estados Unidos, com zero vírgula tanto, que estão com juros negativos, ou a Europa. O banco europeu sabe que está com juros negativos. A China está com juros negativos. Todo mundo está com juros negativos. Eu estou com juro positivo. É elevado. Nós estamos obrigados a mexer na taxa de juros elevando o que já é muito elevado. Esse é que é o problema da nossa política de juros. Então, nós temos que usar esse instrumento sabendo que vamos causar mais dores ao paciente.

Outro problema grave também, e eu acho que isso também sempre foi muito politizado, é o da taxa de câmbio, porque a ideia da moeda desvalorizada para o Brasil, que foi muito incutida na cabeça da população, sempre foi tratada como um grande mal. Como grande mal, então você vai desvalorizar a moeda? Que absurdo! E as minhas viagens? Como eu faço agora? Eu queria a Copa do Mundo na Europa...

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – Porque é gostoso. A taxa de juros valorizada é gostoso.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu queria a Copa do Mundo na Europa, porque aí eu poderia viajar mais. Se fosse nos Estados Unidos, no Japão, seria uma beleza. Mas fazer aqui e ainda desvalorizar a moeda... Quer dizer, é um duplo castigo: você não pode viajar para a Europa para assistir a Copa lá porque a Copa do Mundo vai ser aqui e, além disso, você ainda pega e desvaloriza a moeda e me cria dificuldade para viajar.

Mas não é só para isso. É porque essa intermediação de ganhos da sociedade brasileira não é apenas na viagem, no passeio, no lazer, é também de quem se endividou. O cara fica endividado e diz: “Espera aí, agora você vai desvalorizar moeda? Vai me causar um problema adicional”. Então, você fica nesse dilema, brasileiro.

Eu sou desses que têm trabalhado aqui; o nosso Partido tem discutido intensamente isso, buscado ouvir muitos setores – todos; quer dizer, desde gente envolvida diretamente, por estar no Governo, aos que estão na academia e aos que não estão na academia mais, mas que têm grande contribuição a oferecer nesse tripé nosso. Como é que nós vamos lidar com taxas altas, com moeda ainda muito valorizada, a nossa? Vê como é que os chineses fazem? Ué, então, a China pode fazer? A Europa inteira, se quiser, faz? Os



americanos fazem na hora que querem. A Suíça, que – sei lá – acho que vive mais das suas empresas no exterior do que de negócios no país, realiza a atualização da sua taxa de câmbio para defender seu interesse de exportação local, dentro da Europa, frente à moeda europeia. E nós ficamos prisioneiros dessa ideia, que é o problema da politização também. Quer dizer, a taxa de câmbio é politizada, os juros são politizados no Brasil, e o superávit primário foi politizado. Não se pode mais mexer no superávit primário às vezes. Se o superávit está muito alto, pode-se diminuí-lo um pouco, ou não? Ou ele tem obrigatoriamente de ficar ali retesado, imutável, sem que se possa alterá-lo. Então, nós estamos nesse drama. E há muita concordância aqui entre nós.

Veja o problema dos países da nossa região... *(Pausa.)*

Essa é uma despedida muito importante, porque o pai do Senador Dornelles era fino, e ele também, viu?

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – O pai dele. Gente fina ele também.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E ele também. Fortinho, mas muito fino.

Então, a questão nossa aqui local. Houve um debate muito grande sobre o problema da nossa associação com os Estados Unidos, México e Canadá, naquela política de um mercado só das Américas. Foi um debate intenso. O debate anterior aqui tratou disto: qual era o melhor negócio para o Brasil. E, na verdade, ao fazer as três divisões, os intervencionistas, os ultraliberais e os do meio – e nós estaríamos no meio –, o problema era este: a gente se associa, faz uma grande associação das Américas una e, se preciso, fortalecer instrumentos como Mercosul e Unasul ou não. Esse que era o debate também de natureza política.

O Brasil fez uma opção – é justa a opção que nós fizemos? Vamos examinar – de encontrar mecanismos que nos fortalecessem na região com a Argentina, com o Uruguai, o Paraguai e, agora, também com a Venezuela; há um pedido do Equador. Mas o Equador também tem uma moeda complicada...

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – É, dolarizada.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Dolarizada. Não sei como eles vão fazer, mas há um pedido de ingresso no Mercosul.

Esses instrumentos locais, regionais, eles nos ajudam ou nos atrapalham? Essa é uma dúvida que ficou aqui do debate passado. Porque se criou essa ideia de que não, de que o correto era nos termos nos associado à Alca, na verdade, e que largássemos esse negócio de pobre com pobre. Porque pobre com pobre não ia ter futuro. Nós tínhamos que nos associar aos mais ricos para podermos, então, alavancar a nossa economia.

E o outro dilema diz respeito a esse problema urbano brasileiro, que está ligado, evidentemente, a esse problema principista – eu estou então no canto dos dinossauros, vamos dizer assim, nesse caso –, está ligado à questão da



moeda e, evidentemente, a moeda está ligada à questão do câmbio, e o superávit está ligado aos dois.

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – Mas é isso mesmo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com esse arranjo, como é que nós vamos superar o problema? Por exemplo, a China está fazendo a malha metroviária de vinte cidades. Ela não está desonerando empresas, não; ela está fazendo a malha metroviária de vinte cidades, simultaneamente. E a Índia está fazendo a malha de dezoito cidades, simultaneamente. Claro que é investimento de governo, poupança de Estado – poupança de Estado, induzindo. O que fez a China? Fábrica de tatu. O tatu é aquele que cava buraco para fazer...

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – Tatzão, que cava os buracos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Para enfrentar um dilema. São Paulo tem menos de 100 quilômetros de metrô. Vergonha! A cidade do Rio de Janeiro tem menos de 50 quilômetros de metrô rodando! A cidade do Rio de Janeiro, que vai se encontrar com o Papa, com as Olimpíadas e Copa do Mundo, tem menos de 50 quilômetros de metrô rodando. As duas maiores cidades brasileiras! As outras, nem pensar! Se nessas duas uma tem menos de 100 e a outra tem menos de 50, então, olha o problema crucial! O que a China fez, e a Índia está indo no mesmo caminho? A fábrica de tatu, que só havia na Europa e nos Estados Unidos, é lá; fabrica-se lá, gerando... É claro que você tem que pagar, você tem que remeter lucros dessas empresas que vão se instalar na China, mas estão fabricando ali. Quer dizer, eu estou fazendo a encomenda, eu quero aqui, eu estou olhando, estou sabendo. Associou-se com empresas privadas estrangeiras e fez a fábrica lá. Nós estamos encomendando... Só a encomenda para se fazer uma linha de metrô em Fortaleza, uma linha nova, dentro do Plano de Mobilidade lançado pela Presidente da República, em 2011 – em 2011 ela lançou o Plano de Mobilidade –, por sorte, nós tínhamos um projeto nas mãos, que o governador fez pensando no próximo governador. Ele disse: “Isso eu não vou fazer nunca, mas eu deixo pronto o projeto. Quem chegar tem esse projeto nas mãos. Se o Presidente chamar, está aqui o projeto. Dê-me esse dinheiro que eu faço o metrô”. A Presidente, por sorte, chamou, e ele tinha, por sorte também pensado nisso, atuou planejando e olhando para a frente, fez o projeto, e entregou-o para a Presidente. É um investimento de R\$3,34 bilhões na cidade de Fortaleza, 12 quilômetros de metrô de qualidade. Não é metrô feito para pobre, não, como se diz. É metrô de alta qualidade, para os pobres terem direito a coisa boa. Resultado – 2011, foi logo no começo do Governo que ela lançou o Plano de Mobilidade –: correu todo ano de 2001, quando chegou a aprovação do projeto já foi em setembro de 2011. O Governador comprou os tatus antes de licitar a obra, que não foi licitada até agora. Então, antes de licitar, ele já comprou os tatus, porque ele disse: “Se eu esperar licitar a obra, isso não começa no meu



governo. Eu quero pelo menos começar. Então, já vou comprar os tatus, porque na hora em que licitar, mando para frente esse empreendimento”. Nós temos aí pelo menos de 10 a 15 cidades que precisariam ter o tratamento que a China e a Índia estão fazendo.

Mas é preciso encontrar uma certa unidade de natureza política e que não é só natureza política partidária, parlamentar, congressual de sustentação do seu propósito, mas é com a sociedade que nós vamos fazer esse investimento. Porque imaginem, está uma guerra em relação à Copa. Vejam: o estádio do Ceará custou R\$500 milhões, e só a linha leste de 12 quilômetros são R\$3,34 bilhões. Então, você ganha enormemente. Então, é nisso que nós deveríamos investir pesadamente, mas trazer a fábrica para cá. Trilho...

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – Nós não fazemos mais trilhos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Trilho, pelo amor de Deus!

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – Nós não fazemos mais trilhos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Se nós toparmos fazer uma malha ferroviária que ligue o leste com o oeste brasileiro, nós vamos continuar comprando trilhos da China? Vendendo a tonelada de ferro a US\$100 e comprando a tonelada de trilhos a US\$800? Qual é a tecnologia embarcada hoje em trilhos? Eu desconheço que tenha alguma inovação extraordinária do século XIX para cá.

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – Nos trens de alta velocidade há alguma, mas é uma coisa simples.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Dizem que se passa uma lima maior para poder dar uma...

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – É para não ter tanta trepidação. Eu viajei num trem francês e eles me explicaram isso.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Então, há um senhor que começou vendendo em um mercado no centro de Fortaleza arame farpado. Ele fez assim um curso de torneiro mecânico, mas, meio abusado, resolveu... O arame farpado dele estava dando problema, porque teve uma tinha de comprar o material do arame farpado fora do Brasil. Mas ele disse: “Espera aí, então, eu vou botar um negócio em que eu vou produzir esse meu açozinho do arame farpado; eu mesmo vou produzir”. E colocou um pequeno negócio para isso. Transformou-se em um dos maiores importadores e um dos maiores distribuidores de aço na Região Norte e hoje Nordeste do Brasil, uma empresa chamada Aço Cearense. Resolveu montar uma siderúrgica no Pará. É um empreendedor privado, talvez porque tenha nascido em cima de uma pedra, na linha do Equador, o cabra tem que se virar, está certo? Mas tomou essa iniciativa.



E eu estou para falar para a Presidente Dilma: “Presidente, fale com o nosso produtor de arame farpado para fazer os trilhos”. Isso porque ele disse que aqui não há escala. Está bem. Eu vou fazer uma Transnordestina; estou concluindo uma Norte-Sul; tenho de fazer uma Leste-Oeste para interligar toda a infraestrutura e não há escala? Tenho de comprar da China, de Cingapura ou então da Europa? Isso não tem fundamento!

Então, levanto essas ideias na concordância, buscando a unidade política capaz de fazer com que o investimento público seja esse grande alavancador que toque à frente.

O “cara” diz: “Ah, mas não tem essa poupança...” Se não se induz, também não vai ter essa poupança. De onde ela vem? É dessa indução que se faz. Mas aqui também é um problema político, porque... Quer dizer, é uma batalha que temos de travar.

Eu, como “dinossauro”, fico nessa situação de dificuldade de travar a batalha política com a turma que tem por aí.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Professor, antes de passar a palavra para o senhor, o Senador Eduardo Suplicy tem um ponto que acha que não foi respondido e que queria colocar, antes de eu passar a palavra para o senhor encerrar a exposição.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Belluzzo, primeiro queria fazer uma recomendação a todos que estão nos ouvindo pela TV Senado, na Rádio Senado, para que leiam a entrevista de hoje do Professor Luiz Gonzaga Mello Belluzzo, no *Valor Econômico*, em que desenvolve alguns dos pontos que estão... E, aí, nova recomendação, para que todos leiam o seu livro, que acaba de ser publicado, *O capital e suas metamorfoses*, pela editora Unesp.

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – Ele já está na livraria, mas já não...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ele já está há algum tempo.

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – Fazer lançamento é um negócio muito chato.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, mas estou recomendando que todos leiam.

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – Não, já está na livraria. Se quiser comprar...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É um livro com razoável preço: R\$32,00.

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – É baratinho.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É muito barato. Eu o recomendo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu vou fazer um levante popular pela redução dos preços dos livros no Brasil.



O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Porque os que o adquirirem vão aprender muito. Eu mesmo quero adquirir. Nessa entrevista, ele fala dos seus mestres, Karl Marx e John Maynard Keynes.

Vou insistir numa questão que coloquei, porque os keynesianos são extraordinários defensores da proposta que eu mesmo aqui coloquei, pois John Maynard Keynes, em 1939, escreveu *How to Pay for the War*, em que recomendou à Inglaterra que se preparasse para a guerra que estava para acontecer, separando-se uma parcela do PNB para defesa e 2% do PNB, que era de £5 bilhões, portanto, £100 milhões, para se pagar uma renda básica à população, já que iria haver problemas sociais graves em decorrência da guerra.

Mas a Joan Robinson, que o Professor Belluzzo tantas vezes cita, inclusive na entrevista em seu livro, na introdução à teoria do emprego, nos anos 30, também propôs que se pagasse todos os sábados uma libra esterlina para cada membro da população.

Um outro membro do chamado Círculo de Cambridge, onde lecionava John Maynard Keynes e onde estavam a Joan Robinson e James Edward Meads – John Edward Meads foi o primeiro economista que escreveu um livro didático sobre a teoria, o livro mais famoso de Keynes, sobre a teoria da moeda, dos juros e do emprego –, mas ele, já em 1935, em *Outlining of Economic Policies for The Labor Government*, propôs aquilo que, nos anos 1989, 1992 e 1995, escreveu, na sua trilogia sobre a Aghatotopia, em que ele observa como seria possível construir uma boa sociedade, através de instrumentos que incluíam a flexibilidade de preços e salários, a quota de participação dos trabalhadores e uma renda de cidadania para todos.

Mas um dos maiores amigos intelectuais do Prof. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, que ele tanto admira, foi quem desenvolveu, nos anos 60, a ideia da garantia de uma renda por meio de um imposto de renda negativo. Mas, num passo ainda mais ousado, em 1972, eis que ele recomendou ao então presidente democrata dos Estados Unidos, que assimilou a ideia, mas não todos os seus correligionários do partido democrata, que foi o candidato e Senador George McGovern, que, aceitando a sugestão de James Tobin, propôs a todos os norte-americanos que instituíssem um *demogrant* de US\$1 mil anuais, que hoje seriam pelo menos US\$10 mil anuais, para toda e qualquer pessoa. Na época, eram 150 milhões de brasileiros.

Então, como o Prof. Belluzzo acabou não respondendo propriamente à questão relativa a Presidenta Dilma instituir um grupo de trabalho que poderia até ter o Prof. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, ao lado do Prof. Paulo Singer e tantos outros – outro dia, Paulo Singer sugeriu que fizesse a sugestão, numa palestra, outro dia.

Então, eu pergunto se ele gostaria até de participar de um grupo que pudesse, com o tempo, propor à Presidenta Dilma que instituísse uma renda básica de cidadania, seguindo as recomendações, desde John Maynard Keynes



até a própria Joan Robinson e o James Tobin e, em especial, também, aquele que, em 1875, na *Crítica ao Programa de Gotha*, observou que, numa sociedade mais amadurecida, todos os seres humanos vão acabar se portando de tal maneira a poderem inscrever como lema de sua sociedade, “de cada um, de acordo com a sua capacidade, a cada um, de acordo com as suas necessidades” – em inglês: “from each according to his capacities, to each according to his needs”. Doze palavras em inglês que o John Kenneth Galbraith, em *A Era da Incerteza*, disse que tiveram essas doze palavras em inglês um efeito ainda mais revolucionário do que os volumes de *O Capital*.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy, mostrando toda a sua erudição. Eu queria, Senador Eduardo Suplicy, antes de passar para o Sr. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, agradecer a sua vinda aqui. Essa exposição foi uma verdadeira aula. O debate aprofundado, sobre essa nova divisão internacional do trabalho, o papel da China, a discussão mais estrutural da economia internacional e brasileira, mas eu acabaria com uma pequena... Saindo desse debate todo e vindo para a conjuntura mais imediata e mediata possível, para a conjuntura da semana, do mês. Eu perguntaria a V. Ex^a, com os limites que nós temos, inflação por um lado, tentar puxar um crescimento, mas temos que ter... Desemprego, nós temos o menor da história, mas temos ali uma linha fina – câmbio, inflação, as últimas posições do Banco Central. Eu perguntaria ao senhor, se o senhor estivesse ali, no Ministério da Fazenda, no comando dessa política econômica, como a gente sairia disso? Quais os passos? Será que é ir administrando? Esperar os investimentos de infraestrutura?

Então, esse debate, que está muito presente aqui no nosso dia a dia, eu queria muito que V. Ex^a, o senhor entrasse, porque, de fato, a gente sente que há muito pouca margem. Quais os caminhos? Para onde ir? Então, agradecendo ao senhor pela presença aqui, por esse rico debate, por essa rica exposição, eu tomo a ousadia de sair do debate mais estrutural, para entrar no debate da conjuntura mais imediata nossa, que são esses desafios nossos do dia a dia.

Passo a palavra ao senhor, agradecendo, desde já, a sua presença nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – Eu vou começar respondendo, Senador Lindbergh, a questão mais complicada. Eu acho que nós estamos sofrendo uma dimensão da instabilidade que é gerada fundamentalmente pela mudança de orientação, pelo menos de sinal, da política monetária americana. Isso está pegando todos. Não está pegando só o Brasil. Se olharmos o que aconteceu com o peso mexicano, veremos que ele também sofreu uma desvalorização importante, um pouquinho, até ontem, inferior à do Brasil.

Nós temos o sistema monetário internacional, que é absolutamente assimétrico. Quer dizer, os Estados Unidos dão uma rabanada, ou inflando a



economia ou desinflando a economia, e, na verdade, os países de moeda não conversível são obrigados a se ajustar de alguma maneira.

Eu conversava, outro dia, com o ex-Ministro Delfim Netto, que concordou que nós temos uma vantagem: essa crise não é igual à de 1979 nem igual à de 1999, em que estávamos, na verdade, desabastecidos. Na crise de 1999, não sei se vocês se lembram, saíam 5, 6 bilhões por dia. Eu me lembro de que ia assistir, apavorado, aos jornais da noite, porque nós tivemos uma crise cambial séria por conta da valorização do câmbio, do endividamento privado em moeda estrangeira, coisa que deixamos acontecer de novo, etc., etc. Não podemos deixar o câmbio disparar, porque isso afeta o balanço das empresas. Nós temos que tomar muito cuidado com isso.

A Petrobras mesmo, que teria *head* natural, mas não o tem por razões outras nesse momento, vai sofrer desequilíbrio no seu balanço porque tem muita dívida em moeda estrangeira. Mesmo aqueles que tomaram recursos à perpetuidade – quer dizer, na verdade, que não têm o efeito caixa por conta da desvalorização – vão ter o efeito balanço. O balanço vai piorar.

Muito bem. O que eu diria? Eu acho que imediatamente, é uma sugestão um pouco atípica, nós temos que fazer, nesse momento, duas coisas: na política de inflacionar na taxa curta, não podemos deixar a inflação acelerar, porque isso é um risco danado, a população sente imediatamente, mas, ao mesmo tempo, nós temos que operar nos mercados de ativos.

O que está acontecendo agora? Com a mudança da política monetária americana, esse clima de desconfiança, muita gente está resgatando as cotas dos fundos. Quando se resgatam as cotas dos fundos, o que os fundos fazem? Pegam os ativos que estão lá e vendem. Então, há uma deflação de ativos, caem os preços, a taxa de juros longa, aquela que é formada no mercado, a que interessa para quem toma dinheiro no mercado, começa a subir. As condições de crédito começam a piorar.

Então, o Governo tem instrumentos e deve usar, se for possível, uma parte das reservas para comprar isso, para, na verdade, estabilizar o preço desses ativos, que não têm nada a ver com subir a taxa curta. Você vai, simplesmente, mudar a inclinação da curva, não deixar que ela empine tanto assim, porque, se você deixar que a deflação de ativos, que a queda de preços dos ativos se acentue, a taxa longa sobe muito. Você tem que tentar normalizá-la. É a minha opinião.

É muito fácil falar isso, mas o Tesouro já está fazendo um pouco isso com os títulos públicos, para impedir que esse fenômeno ocorra. Esse é um ponto.

A outra questão é a seguinte: não há como, nesse momento, pensarmos numa aceleração do crescimento sem que os projetos de infraestrutura estejam em movimento. Acho que aí houve um problema de tempo, de *timing*. Houve um problema de *timing* – desculpem a palavra *timing*. Se o Aldo Rebelo



estivesse aqui, me daria um tiro, mas ele não faria isso porque somos correligionários de outra natureza. (*Risos.*)

Queria aproveitar para responder sua pergunta sobre o programa chinês – depois respondo ao Eduardo, para terminar. O problema ainda está na diferença do financiamento chinês, que eles usam intensivamente. Os bancos públicos e as empresas que funcionam como intermediárias – eles inventaram –, elas funcionam como intermediárias. Então, não se tem dívida pública.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Inclusive são *joint ventures*.

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – Isso.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eles inventaram uma *joint venture*. Eles trazem estrangeiros para...

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – Exatamente. É uma construção institucional de uma inteligência, de uma capacidade impressionante.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E o sistema financeiro no comando.

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – Isso.

Então, eles constroem essa montanha, essa enorme extensão de linhas.

Tenho uma história a falar do Serra aqui. Vou contar uma história do Serra. Ele foi a Amsterdã apresentar os planos de expansão. Ele apostou muito nisso, na expansão das linhas de transporte metroviário em São Paulo. Ele fez bastante. Antes dele, falou o Ministro chinês. Ele falou que quase desistiu de falar, porque a diferença era de tal ordem, a desproporção era de tal ordem que ele ficou meio acuado. Por quê? Eles têm esse programa de infraestrutura. O Senador Inácio disse muito bem: na verdade, eles têm uma política de expansão das redes urbanas de transportes, metroviário sobretudo, e de demanda para as empresas chinesas. Essa história do tatuzão é típica. “Temos esse programa aqui e vamos fazer o tatuzão aqui.” Eles têm política industrial.

O que acontece? Tive um debate outro dia – é meu amigo, mas tenho que explicitar – com o Bacha, no jornal *Valor*. O Bacha estava dizendo que o Brasil não precisa fazer esse negócio das encomendas domésticas. Tem que fazer, sim! Isso é política industrial, meu velho! Quem não faz é tonto. Está se passando por bobo. Na verdade, se você tem uma massa de investimentos importante, você tem que conduzir essa massa de investimentos para estimular a indústria brasileira – ou não? – para criar inclusive novos polos de desenvolvimento tecnológico, etc.

Em relação a sua pergunta...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – A Huawei, que está em Campinas, eles começaram apenas na área de TI. Hoje eles estão nas redes metroviárias.



O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – É o negócio do sistema de controle da proximidade dos trens. Quando menor o intervalo, mais rápido e mais eficaz é o transporte. Isso é um mecanismo de controle de proximidade.

Em relação a sua pergunta, quero dizer, respondendo, que esses dois autores que mencionei, ao contrário do que as pessoas, em geral, pensam não são estatizantes. Na verdade, o propósito da obra dos dois é fazer com que o potencial enorme que o capitalismo criou de produzir, de inventar, de disponibilizar bens, etc., seja dirigido ao cidadão comum. Todo economista, antes de começar a raciocinar abstratamente com os seus modelos, se diverte. É divertido, mas, em geral, é inútil e tolo. Temos que pensar no que funciona para o cidadão comum.

Vou dizer claramente o meu ponto de vista. Acho que, diante das mudanças tecnológicas que estão à frente, das transformações que estamos observando, essa extensão da renda da cidadania e a redução da jornada de trabalho... Os dois achavam que as pessoas...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O pessoal podia fazer um levante porque temos uma proposta de redução de jornada que está pronta para ser votada.

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO –... precisavam trabalhar menos, que o potencial produtivo já permite que se trabalhe menos, com mais racionalidade.

Hoje em dia, você vê o pessoal do setor de serviços, em vez de trabalhar menos, com as novas tecnologias, os coitados trabalham mais! Ser acordado de madrugada por um sujeito que quer te perguntar como é que foi a Bolsa em Hong Kong.

Então, aumentou a intensidade do trabalho para uns, quando se poderia estar reduzindo a jornada de trabalho, diante do potencial produtivo global que está aí. Mas não é isso que o capitalismo vai fazer: se você não colocar freio nele, ele não vai fazer isso; se você não colocar regra e não disser que todo mundo tem direito a uma renda, quando nasce – porque esse é o princípio do estado de bem-estar: desde o berço até o túmulo, a pessoa tem direito a uma renda, tem direito à vida! É essa a preocupação que nós temos que ter – nós, que estamos em certa posição política, temos que estar nessa posição, sem preconceito contra quem acha que quem recebe Bolsa Família é vagabundo!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, por essa conclusão tão significativa, prezado Prof. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, acho que foi um dia de aprendizado notável para todos nós! E queremos muito agradecer a sua contribuição. Que bom que os jovens que estudam Economia, hoje, têm Professores como José Carlos Assis e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, para...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Poderíamos propor ao Belluzzo fazer uma jornada no Brasil inteiro, aproveitando a deixa que ele



ofereceu de que todo economista tem de ir onde o povo está, não é verdade? Todo economista tem que ir onde o povo está! *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem que ir onde o povo está!

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – De acordo como poeta Milton Nascimento. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há poucos dias, tive um encontro com os representantes do Movimento Passe Livre e disse a elas e eles que estou pronto, para explicar a renda básica de cidadania e, logo, logo, na hora em que compreenderem bem... Ainda há poucos dias, sexta-feira passada, dia 21 de junho – para mim um dia muito especial, porque completei 72 anos – e me foi dado um presente notável, porque a escola social do DIEESE me convidou para, por três horas, expor a renda básica de cidadania. Quando terminei, perguntei: “Quem não gostou da proposta?” – o auditório estava repleto, e ninguém levantou a mão. “E quem recomenda a Presidenta Dilma para, logo, considerá-la?” Todos levantaram a mão! Isso aconteceu na escola dos dirigentes e assessores de todos os sindicatos de trabalhadores que compõem a classe de alunos do DIEESE e, para mim, foi um presente de aniversário.

Muito obrigado ao Sr. Belluzzo.

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – Foi um prazer!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Nada mais havendo a tratar...

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – Foi um prazer! Quero dizer que o dia 21 de junho é dia de São Luiz Gonzaga, um santo jesuíta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Onde estudamos! *(Risos.)*

O SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO – Onde estudamos! *(Risos.)*

Santo Inácio e São Luiz!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Presidente Lindbergh Farias, muito obrigado e parabéns!

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 12 horas e 11 minutos, a reunião foi encerrada às 15 horas e 58 minutos.)